



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

**PAULO VICTOR AZEVEDO SANTOS**

**OS ARQUIVOS PESSOAIS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO CENTRAL,  
BIBLIOTECA CENTRAL E MUSEU DA UFPA: aquisição, tratamento e acesso**

**Belém/PA  
2022**

**PAULO VICTOR AZEVEDO SANTOS**

**OS ARQUIVOS PESSOAIS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO CENTRAL,  
BIBLIOTECA CENTRAL E MUSEU DA UFPA: aquisição, tratamento e acesso**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia do curso de arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Mônica Tenaglia

**Belém/PA**

**2022**

**PAULO VICTOR AZEVEDO SANTOS**

**OS ARQUIVOS PESSOAIS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO CENTRAL,  
BIBLIOTECA CENTRAL E MUSEU DA UFPA: aquisição, tratamento e acesso**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia do curso de arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Mônica Tenaglia

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Tenaglia  
Orientadora – UFPA

---

Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido  
Examinador Interno – UFPA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Iane Maria da Silva Batista  
Examinadora Interna – UFPA

**Belém/PA**

**2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S237a Santos, Paulo Victor Azevedo.  
Os arquivos pessoais custodiados pelo Arquivo Central,  
Biblioteca Central e Museu da UFPA : aquisição, tratamento e  
acesso / Paulo Victor Azevedo Santos. — 2022.  
58 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Mônica Tenaglia  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade  
de Arquivologia, Belém, 2022.

1. Arquivos pessoais. 2. Políticas de aquisição. 3.  
Tratamento. 4. Acesso. I. Título.

CDD 025.1714

---

*Dedico este trabalho a mais doce das Marias, Maria iolete,  
minha vizinha, minha inesgotável fonte de amor.*

## AGRADECIMENTOS

AGRADEÇO,

Antes de qualquer menção, a Deus e a todos os seres de luz que vêm me acompanhando nessa jornada, estimulando-me a evoluir e a lidar com meus dramas, karmas, desafios, erros, acertos e afins. Apesar de todo o trabalho que devo dar a esse povo, me sinto muito abençoado, e tem sido uma grande aventura essa vida terrena, repleta de superações e intensa das mais diversas formas.

À minha família, especialmente à minha avó Maria, minha mãe Cidia e ao meu irmãozinho Maikon. O apoio de vocês foi fundamental em todo o processo da graduação, sobretudo, nessa reta final, pois foi o amor incondicional a vocês que me fez continuar forte e não desistir dos meus objetivos, mesmo diante de todas as noites traiçoeiras que surgiram durante esse percurso. Gratidão, também, a todos meus familiares que torceram e me apoiaram moralmente.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Mônica Tenaglia, que esteve comigo no desenvolvimento da pesquisa e que por intermédio do seu apoio e boa vontade, foi possível finalizar esse ciclo. Obrigado, também, por me estimular a alçar voos mais altos dentro desse espaço de conhecimento, crescimento e reflexão que eu tanto estimo: a UFPA.

Aos professores que estão compondo esta banca, Iane e Gilberto, pelo aprendizado proporcionado, culminando em meu desenvolvimento no âmbito acadêmico ao longo das mais de dez (10) disciplinas, além do projeto de extensão, em que estivemos juntos. Foi muita lenha queimada e boas histórias pra contar! (risos)

À prof.<sup>a</sup> Renata Lira que, apesar de não estar participando diretamente da minha fase de conclusão do curso, esteve presente em todo o meu trajeto, ministrando disciplinas fundamentais para a formação profissional dos Arquivistas, com excelência e muita disposição.

*Aos docentes mencionados dedico os meus mais sinceros agradecimentos!*

Às minhas colegas do grupo de trabalho (Leila, Rafaela, Átila) que estiveram comigo em grande parte da graduação, encarando os desafios e atividades das disciplinas, especialmente, a Átila Clivea, por ser um ser humano grandioso e um exemplo de competência e responsabilidade, minha grande parceira em perrengues, no estágio e no projeto de extensão, além disso, por também ser um guru na minha vida espiritual.

Enfim, a todos que participaram direta ou indiretamente da minha formação, sou muito grato!

## RESUMO

Os arquivos pessoais são documentos produzidos por indivíduos no decurso de suas atividades cotidianas. A pesquisa consiste em uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, sobre os arquivos pessoais custodiados pelo Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu da Universidade Federal do Pará (UFPA). A problemática foi verificar quais métodos são utilizados para o tratamento técnico desses acervos e quais os princípios arquivísticos são aplicados para sua organização. Desse modo, o objetivo geral do trabalho foi identificar os arquivos pessoais sob custódia do Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu da UFPA e compreender como a UFPA lida com acervos pessoais. Os objetivos específicos consistiram em conceituar os arquivos privados e pessoais no âmbito da Arquivologia, bem como identificar e compreender as atividades de reconhecimento e aquisição, tratamento e acesso dos acervos pessoais custodiados pelo Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu da UFPA. A justificativa para o desenvolvimento da pesquisa se deu a partir da identificação da existência de um vasto conjunto de acervos pessoais custodiados pelas unidades de informação da UFPA. O referencial teórico apresenta uma abordagem sobre os arquivos pessoais no âmbito da Arquivologia e sua perspectiva no campo teórico sobre memória, assim como a maneira que ocorre o reconhecimento desses acervos como de interesse público e social e sua incorporação às instituições arquivísticas, no âmbito da legislação brasileira. Para a identificação dos acervos pessoais custodiados pela UFPA, foram realizadas visitas técnicas às unidades de custódia e a realização de uma entrevista semi-estruturada com os técnicos das unidades. Como resultados, foi confirmada a existência de um vasto conjunto de acervos pessoais na UFPA, além de observar uma ausência de políticas institucionais para aquisição e tratamento de acervos pessoais, a partir da constatação de que cada unidade de custódia estabelece seus próprios métodos para identificação, tratamento e acesso aos arquivos pessoais.

**Palavras-Chave:** Arquivos pessoais. Políticas de aquisição. Tratamento. Acesso.

## ABSTRACT

The personal archives are documents produced by individuals in the course of their daily activities. The research consists of an exploratory research, of a qualitative nature, on the personal archives guarded by the Central Archive, Central Library and Museum of the Federal University of Pará (UFPA). The problem was to verify which methods are used for the technical treatment of these collections and which archival principles are applied for their organization. Thus, the general objective of the work was to identify the personal files in custody of the Central Archive, Central Library and UFPA Museum and to understand how UFPA deals with personal archives. The specific objectives consist of understanding private and personal archives within the scope of Archival Science and identifying and understanding the activities of identification, acquisition, treatment and access to personal archives held by the Central Archive, Central Library and Museum of UFPA. The justification comes from the knowledge of the existence of a vast set of personal collections in UFPA. The theoretical framework presents an approach to personal archives within the scope of Archival Science and its perspective of memory, as well as the way in which these collections are recognized as of public and social interest and their incorporation into archival institutions. In order to identify the personal archives in the University, visits were made to the selected units and semi-structured questionnaires were applied. As a result, the existence of a vast set of personal archives at UFPA was confirmed, in addition to observing an absence of institutional policies for the acquisition and treatment of personal archives, based on the observation that each custody unit establishes its own methods for identification, treatment and access to personal archives.

**Keywords:** Personal archives. Acquisition policies. Archival treatment. Access.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> - Elementos conceituais sobre Arquivos Pessoais	20
<b>Figura 1</b> - Acervo Jean Hébette	39
<b>Figura 2</b> - Acervo Jean Hébette	39
<b>Figura 3</b> - Acervo Vicente Salles	49
<b>Figura 4</b> - Acervo Vicente Salles	50

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Arquivo Central
BC	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONRAD	Conselho Superior de Administração
CONSUN	Conselho Universitário
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CTIC	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
FAARQ	Faculdade de Arquivologia
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
GPEN	Grupo de Pesquisa Eneida de Moraes
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INEAF	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
LAI	Lei de Acesso à Informação
MEC	Ministério da Educação
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PAE	Processo Administrativo Eletrônico
RIUFPA	Repositório Institucional
SciELO	Scientific Electronic Library Online
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ARQUIVOS PESSOAIS: elementos conceituais e aspectos centrais no âmbito da Arquivologia	16
2.1 Elementos conceituais .....	16
2.2 Arquivos pessoais e memória .....	22
2.3 Instituições Arquivísticas e a Lei de Acesso à Informação (LAI).....	25
2.4 Políticas de reconhecimento e aquisição, tratamento e acesso de acervos pessoais.....	28
3 OS ARQUIVOS PESSOAIS NA UFPA: reconhecimento e aquisição, tratamento e acesso dos acervos pessoais.	36
3.1 Arquivo central (AC).....	36
3.1.1 Jean Hébette (1925 - 2016)	37
3.2 Biblioteca Central .....	40
3.2.1 Jayme Cardoso	41
3.2.2 Temistocles Santana Marques	42
3.2.3 Frederico Barata	42
3.2.4 Eneida de Moraes	42
3.2.5 Silveira Neto	43
3.2.6 Benedito Nunes e Maria Sylvia Nunes	44
3.2.7 Aquisição, tratamento e acesso dos acervos pessoais custodiados pela Biblioteca Central (BC)	45
3.3 Museu da UFPA .....	47
3.3.1 Vicente Salles	48
3.3.2 Max Martins	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS TÉCNICOS DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO DA UFPA (ARQUIVO CENTRAL, BIBLIOTECA CENTRAL E MUSEU)

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX, as diferenças na forma de acumulação, finalidade e formato entre os Acervos Públicos (Institucionais) e Acervos Privados (Pessoais) gerou uma discussão acerca dos métodos que seriam aplicados para o tratamento das informações deste segundo. Aliás, foi posto em pauta até se os acervos pessoais seriam informações que deveriam receber intervenção dos Arquivistas, inquietação essa levantada por profissionais adeptos de correntes tradicionais que atuavam em Acervos Institucionais.

Nos Arquivos nacionais da Europa, predominantemente, não se recolhiam os arquivos de indivíduos, com exceção de figuras políticas e burocratas. Os manuscritos particulares eram recolhidos por bibliotecas nacionais e regionais, universidades, museus, institutos de pesquisa ou de documentação temática e especializada (COOK, 1998).

Historicamente, nota-se uma resistência dos Arquivistas em relação aos acervos pessoais, desencadeada por correntes tradicionais com base em experiências profissionais de pioneiros da área que atuavam em arquivos públicos, refletindo, principalmente, a lógica e a necessidade administrativa do Estado. Nesse caso, não havia intervenções significativas na documentação, a função do profissional basicamente era manter/guardar os documentos.

De modo a romper com esse paradigma, a Arquivística e suas funções tiveram que se adequar às novas demandas da sociedade que passaram a se diferenciar dos sistemas de informação pouco complexos. Primeiramente, devido às inovações tecnológicas que impactaram sobre a produção e a forma de gerenciamento de documentos de arquivos digitais, produzidos por sistemas complexos, configurando-se como um dos principais desafios da Arquivologia atualmente.

Em segundo lugar, a sociedade desenvolve novas necessidades informacionais a partir de preocupações e interesses com novos grupos e problemas. Desse modo, a Arquivologia se move a adequar suas técnicas e abordagens para compreender as novas formas de registros de informação e de memória – em todas as suas vertentes, natureza ou suportes – para a construção de narrativas, impulsionando a necessidade de reflexão, pelo arquivista, sobre o seu papel perante a sociedade, e a urgência em aceitar-se enquanto agente ativo na construção de narrativas que irão abarcar as memórias individuais e coletivas para as gerações presentes e futuras.

O estímulo ao debruçamento da arquivística sobre os arquivos pessoais emergiu em meados do século XX, quando ocorreu a ampliação das concepções teóricas sobre memória –

enquanto fenômeno social – elaboradas por autores da Sociologia, Psicologia, História, entre outros. Dessa forma, constituíram-se novas fontes de pesquisa como objeto de estudo para as ciências humanas, especialmente a História, a partir de demandas informacionais de diferentes grupos. Dentre esses elementos, enquadram-se as “vozes do eu” (na perspectiva historiográfica), os arquivos pessoais (na perspectiva arquivística) (VAM DE BERG, 2019).

Sendo assim, os arquivos pessoais são registros acumulados por indivíduos no decorrer de suas atividades rotineiras, e contêm caráter privado. No entanto, podem vir a ser reconhecidos como de interesse público e social e, por conseguinte, serem incorporados às instituições arquivísticas, pois estes documentos ajudam a tecer a memória social e coletiva, haja vista os seus pontos de interseção entre narrativas de diferentes indivíduos, bem como o diálogo desenvolvido com os documentos oficiais, de tal modo que apresentam os fatos sob outras perspectivas, nas quais “a narrativa do eu pode fundir-se à narrativa da coletividade, e enfim contribuir para um relato que constitui a própria história” (MCKEMMISH, 2018, p. 250).

Os documentos arquivísticos assumem a função de suporte e fonte de informação, os quais possibilitam a preservação das narrativas coletivas, bem como a identidade cultural dos grupos sociais. Uma vez observados os seus valores informativos e históricos para a sociedade, abrangendo os 3 (três) níveis territoriais – regional, nacional e mundial – constituem-se como Patrimônios documentais (CRIVELLI; BIZELLO, 2019)

Nesse viés, destaca-se a importância da patrimonialização dos conjuntos documentais, de modo a contemplar a pluralidade dos grupos que compõem e fizeram parte dos processos de formação da sociedade, na medida que se mostra evidente a necessidade da articulação de estratégias institucionais para a efetivação de medidas protetivas, a fim de garantir a salvaguarda dos bens considerados importantes para a história e culturas das coletividades.

Por essa razão, a Arquivologia tem se voltado a questões relativas à formação da memória da sociedade, considerando o contexto de produção dos documentos, as relações de poder que permeiam a sua elaboração e a intencionalidade de seus produtores.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), fundada em 1957, é uma instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação (MEC), sob forma de Autarquia Federal, com sede na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Ao longo de seus 65 anos, relacionou-se com a história da evolução do Estado e da região Norte, no que diz respeito aos aspectos socioculturais e econômicos desse período.

A memória institucional da UFPA dispõe elementos importantes não somente para a comunidade acadêmica como para a população paraense e amazônica, visto que estes também

promovem a salvaguarda de sua identidade cultural. Os acervos pessoais recolhidos às unidades de informação da UFPA, oriundos, principalmente, de professores, pesquisadores, e também outras figuras emblemáticas que tiveram uma atuação relevante ao cenário paraense, fomentaram, além da educação, aspectos relativos ao desenvolvimento cultural, social e econômico na região.

Dessa forma, foram elaboradas as seguintes indagações: Quais são os acervos pessoais que compõem o patrimônio documental da UFPA, especificamente, no Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu? Quais foram as suas condições de aquisição e quais são as atividades desenvolvidas para o tratamento e acesso?

A escolha pelas três unidades de informação da UFPA (Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu) se deve à sua relevância para a Universidade, sem desconsiderar as diversas unidades de informação que estão distribuídas pelos doze (12) campus da UFPA e que abrangem os municípios de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

Além disso, a seleção das unidades para o escopo do trabalho foi estratégica, haja vista que são unidades de informação da UFPA nas quais atuam os profissionais com formação técnica para realizar o tratamento dos conjuntos documentais. Nesse sentido, presume-se que, a partir da compreensão do trabalho desenvolvido nessas unidades, seja possível obter um panorama sobre como a UFPA lida com os acervos pessoais.

Nessa perspectiva, destaca-se a necessidade da elaboração de políticas de aquisição e tratamento de acervos pessoais no âmbito da universidade, para preservar os registros documentais dos eminentes personagens presentes no Estado e na região amazônica, no intuito de salvaguardar a memória institucional e preservar o Patrimônio documental do Estado e da região.

Aliás, para além de estabelecer os critérios de aquisição dos acervos, tais políticas devem sistematizar os procedimentos para o tratamento dos conjuntos documentais, tanto no que diz respeito à sua organização quanto às técnicas de preservação e conservação que serão utilizadas, a fim de manter sua integridade.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é identificar os arquivos pessoais sob custódia do Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu da UFPA e compreender como a UFPA lida com os acervos pessoais.

Para atingir o objetivo, serão realizados os seguintes objetivos específicos:

- a) Conceituar os arquivos privados e pessoais no âmbito da Arquivologia;

- b) Identificar as atividades de reconhecimento e aquisição, tratamento e acesso aos acervos pessoais custodiados pelo Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu da UFPA.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em base de dados que incluem o *Google Scholar*, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os termos utilizados para recuperação das informações foram os seguintes: arquivos pessoais; políticas de aquisição de acervos pessoais; tratamento documental de acervos pessoais; preservação de documentos de arquivos; organização de documentos de arquivo; disponibilização e acesso de acervos pessoais.

Assim, as visitas técnicas foram realizadas nas unidades de informação da UFPA – Arquivo central, Biblioteca central e Museu – selecionadas para a realização da pesquisa. Na ocasião, realizou-se uma entrevista semiestruturada (ver apêndice A) para que houvesse a possibilidade de complementar as perguntas pré-estabelecidas.

A justificativa para o desenvolvimento da pesquisa se deu a partir da identificação da existência de um vasto conjunto de acervos pessoais custodiados pelas unidades de informação da UFPA, por meio de uma palestra apresentada por Elisângela Silva da Costa, técnica da Biblioteca Central, no âmbito da disciplina de História do Brasil e formação de acervos, ministrada pela professora Mônica Tenaglia.

Desse modo, o trabalho visa fomentar a promoção desses acervos para a comunidade acadêmica e sociedade em geral, de forma a ampliar a produção de pesquisas e o conhecimento sobre a temática. Busca, ainda, contribuir para que a memória institucional e da sociedade paraense, registrada por meio da percepção e experiências dos titulares dos acervos, seja preservada.

Assim, o trabalho pode contribuir para a produção de conhecimento sobre uma temática ainda pouco explorada na Faculdade de Arquivologia (FAARQ)<sup>1</sup>, ensejando o interesse, por parte dos discentes do curso que podem, eventualmente, desempenhar atividades curriculares e extracurriculares com os acervos pessoais da UFPA, além de novas pesquisas.

---

<sup>1</sup> O trabalho de conclusão de curso intitulado “Relato de experiência sobre a organização do arquivo pessoal da família Neves”, desenvolvido pelo discente Kadu Fernando Albuquerque das Neves, sob orientação do docente Gilberto Gomes Cândido, é a única produção acerca da temática “Arquivos Pessoais” disponível no Repositório Online da Faculdade de Arquivologia da UFPA. Mais informações em: <https://faarq.ufpa.br/repositorio-de-tccs/>. Acesso em: 27 set. 2022.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de caráter qualitativo, na qual, para alcançar os objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico para compreender a temática abordada. Nesse sentido, Gil (2002, p. 41) considera que pesquisas exploratórias:

Têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema, com vistas a torná-lo mais explícito [...] compreende também o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é flexível, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Dessa forma, a pesquisa foi dividida em três (3) seções, além da presente introdução, seção um (1), contém a seção dois (2), que apresenta os elementos conceituais e aspectos centrais dos arquivos pessoais no âmbito da Arquivologia, com a discussão do referencial teórico da pesquisa, compreendendo sua relação com as instituições arquivísticas, seus pontos de interseção com os conceitos sobre memória e a legislação brasileira referente aos arquivos pessoais. A seção 3, por sua vez, aborda o processo de reconhecimento, aquisição, tratamento técnico e acesso dos arquivos pessoais custodiados pelas unidades da UFPA que estão no escopo de análise da pesquisa: Arquivo central, Biblioteca Central e Museu.

## **2 ARQUIVOS PESSOAIS: elementos conceituais e aspectos centrais no âmbito da Arquivologia**

A seção dois está dividida em quatro subseções, que apresentam elementos conceituais acerca dos arquivos pessoais e sua posição nas discussões sobre memória, bem como a maneira que estão relacionados com as instituições arquivísticas, a forma de aquisição desses acervos no âmbito da legislação brasileira e as condições de tratamento e acesso aos conjuntos documentais.

### **2.1 Elementos conceituais**

A Arquivologia, tradicionalmente, não considerava os Arquivos Pessoais como conjuntos documentais, sob a justificativa que esses não atendiam determinados critérios estabelecidos com base nas principais características dos documentos de arquivos institucionais, tais como: autenticidade, unicidade, imparcialidade, naturalidade e inter-relacionamento (DURANTI, 1994 apud MATTOS; MENDES, 2021, p. 3)

Essas concepções foram constituídas a partir da relação profissional dos teóricos dessa corrente tradicional com as instituições públicas, onde atuavam a serviço do Estado e priorizavam suas demandas administrativas imediatas. Aliás, os termos utilizados como referência ao que hoje se tem como “arquivos pessoais” eram “*Manuscripts*” ou “*personal papers*” (MATTOS; MENDES, 2021). Posto isso, os arquivos pessoais eram classificados como coleções pelos precursores da área.

A partir da segunda metade do século XX, com a introdução de novos conceitos e a relação que a arquivística desenvolveu com outras ciências humanas e sociais – tais como a História, Sociologia, Antropologia – a premissa de negação aos arquivos pessoais como fundos arquivísticos não prevaleceu, pois a sua utilização como fonte de pesquisa por essas outras disciplinas se tornou cada vez mais frequente.

Nesse período, os conceitos sobre memória estavam em evidência, e isso fez com que as narrativas dos indivíduos assumissem um papel importante como fonte de pesquisa. Tais fatos corroboram para a desconstrução dos paradigmas acerca dos acervos pessoais, à medida que se busca outras perspectivas da história para a ampliação dos testemunhos que auxiliam no processo de compreensão das múltiplas nuances dos mecanismos de formação da sociedade e das relações que nela se constituem.

Sendo assim, sobre as coleções, pode-se dizer que não são acumuladas organicamente, embora os artefatos que compõem esse escopo sejam adquiridos intencionalmente. Ou seja, essas coleções estão normalmente associadas a um tema de interesse do colecionador, e isto não reflete suas atividades relacionadas às suas funções no contexto social ao qual está inserido (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 232)

Em contrapartida, os fundos documentais são caracterizados como um “conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa física ou jurídica reuniu automática e organicamente em razão de suas funções ou atividades” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA, 2008, p. 451).

Posto isso, faz-se necessário ressaltar que ainda não existe um consenso em relação à definição dos Arquivos Pessoais enquanto fundo arquivístico ou como coleções.

Embora a discussão não esteja pacificada, no contexto desta pesquisa, consideramos Arquivos Privados Pessoais como fundos arquivísticos, uma vez que esses são acumulados em decorrência das atividades desenvolvidas por seus titulares nos espaços em que ocupam.

Logo, nota-se a organicidade presente nesses documentos, por meio da relação estabelecida entre eles.

Desse modo, de acordo com Paes (1997, p. 24), arquivo é:

a designação genérica de um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado por essas pessoas e seus sucessores, para fins de prova ou informação.

Dessa forma, tanto instituições, independente de sua natureza (pública ou privada), como a pessoa física produzem ou recebem documentos, sendo pontos em comum entre elas: a acumulação orgânica e a finalidade probatória desses documentos.

Em outra perspectiva, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 73) define documentos como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”.

Tognoli e Barros (2011, p. 69) compreendem que “todos os documentos possuem uma materialidade física e isto é fundamental para o registro da informação porque a forma como se constitui essa materialidade reflete na constituição da informação”.

Nessa lógica, pode-se dizer que qualquer objeto que faça parte do mundo material pode ser um documento, desde que represente alguma informação inteligível – por decodificação da escrita – ou simbólica que justifique a intenção de sua preservação.

Outro entendimento se dá a respeito de documentos de arquivo. Nesse sentido, pelo que versa a Lei nº 8.159, de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, em seu artigo 2º:

Documentos de arquivo são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991, não paginado).

Denota-se, assim, que existe uma diferença entre os conceitos de “documento” e “documento de arquivo” que consiste no fato de que este segundo é acumulado organicamente, ou seja, são documentos formalizados em virtude de funções ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas, de caráter público ou privado.

Para Camargo (2009), documentos de arquivos não se distinguem dos demais em virtude de sinais especiais que podem ser reconhecidos com facilidade, mas sim pelo fato serem produzidos a partir das atividades de uma pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, realizando, dessa maneira, a “materialização” ou “corporificação” dos atos, por meio da

elaboração dos documentos para representá-los. A autora reitera que “o arquivo é a representação persistente de funções, processos, incidentes, eventos e atividades” (CAMARGO, 2009, p. 28).

Estes documentos são elaborados em razão das demandas imediatas de seu produtor e, a priori, satisfazem uma lógica exclusivamente instrumental. Após este processo, verifica-se a necessidade de preservá-los, em nível de entidade produtora (quem elaborou) e organicidade (sistemas de relações que os documentos mantêm entre si). Por fim, ocorre a atribuição do valor secundário ao documento de arquivo, de modo a preservar o seu valor probatório e informativo para a sociedade (CAMARGO, 2009).

Noutro viés, a conceituação de “documento” atribui-lhe esta conotação por sua representação simbólica ou pelo registro propriamente dito da informação em sua superfície, isto significa que não representa a estrutura funcional de uma organização.

Nesse ínterim, sobre documentos de arquivo, nota-se que há intencionalidade em preservar essas informações para representar as ações organizacionais de entidades governamentais – ou não – bem como para erigir o legado de determinada figura, levando em consideração sua relevância histórica, artística ou social perante a sociedade. Esse último caso pode ser representado pelos Arquivos Pessoais.

Os Arquivos Pessoais possuem caráter particular, entretanto podem ser considerados de interesse público e social. A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, discorre a respeito da definição de arquivos privados em seu Art.11, ao considerar que os arquivos privados são “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, de natureza privada, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 2008, não paginado).

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 35), os arquivos privados originam-se de “entidades coletivas de direito privado, família ou pessoa”. Também chamado de arquivo particular”.

Paes (1997) considera que os arquivos pessoais possuem uma relação orgânica perceptível na sua forma de acumulação, em decorrência das atividades realizadas na trajetória dessas pessoas.

Com o intuito de conceituar arquivos privados pessoais no âmbito da arquivologia, o Quadro 1 dispõe aspectos teóricos referentes à temática.

**Quadro 1 - Elementos conceituais sobre Arquivos Pessoais**

Autores	Conceitos/citações
Eugenio Casanova (1928, p. 19)	Coleção ordenada de documentos de uma entidade ou indivíduo, formado durante o curso de seus negócios e mantido para realização de políticas jurídicas e patrimônio cultural dessa entidade ou indivíduo.
Theodore Schellenberg (2006, p. 269)	O termo papéis privados inclui material cartográfico e em forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado. Tanto inclui material que se originou de uma pessoa quanto de uma entidade.
Heloísa Bellotto (2004, p. 266)	O conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver, possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.
Luciana Heymann (2005, p. 2)	Refere-se ao investimento social, no qual determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico. Sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional. Nesse movimento, configura-se um tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, peças e toda sorte de registros que remetem à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e ressignificado.
Sue McKemmish (2018, p. 239)	O ato de arquivar é um tipo de testemunho. No plano pessoal, é um modo de evidenciar e rememorar nossas vidas, nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso “lugar” no mundo.
Ana Maria de Almeida Camargo (2009, p. 35)	Seus artífices seriam as pessoas responsáveis por sua acumulação dos documentos [...] como dotados de vontade própria, os documentos participam da fabricação de um relato, corroborando a ideia de que o arquivo seria, por sua vez, uma “figura epistemológica, desenhada a partir de determinadas práticas discursivas”.

Richard Cox (2017, p. 256)	O Arquivo pessoal pode ser visto como um aspecto crucial do conhecimento de nós mesmos, de nossa família e de nossa história, o que é tão necessário quanto as licenças e documentos de afiliação que nos permitem conduzir nossas vidas diárias. Experimentamos certa segurança quando nos vemos cercados por informações de nossas vidas e de nossas famílias [...] Quando não temos os documentos corretos, e daí as informações e o conhecimento necessário, não temos a capacidade de ler o mundo e lidar com a vida diária.
Catherine Hobbs (2018, p. 261)	Os arquivos pessoais contêm documentos sobre vidas particulares e a personalidade humana. Embora esses arquivos de fato geralmente representem testemunho registrado das atividades de seu produtor, tal como ocorre com os arquivos das organizações, os arquivos pessoais contêm igualmente indícios do caráter individual do produtor da documentação.
Terry Cook (1998, p. 144)	Recordar, para o indivíduo é, afinal, tanto pessoal quanto social, tanto interno quanto externo, tanto privado quanto público. Assim também deve sê-lo, coletivamente, para os arquivos que são criados para ajudar a sociedade a lembrar-se de seu passado, de suas raízes, de sua história, que, por definição, combina o público e o pessoal.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, conforme se observa no Quadro 1, os arquivos pessoais são acumulados por indivíduos a partir das atividades cotidianas desenvolvidas no âmbito de suas relações socioculturais e políticas, sendo materializados sob as mais diversas formas documentais, bem como refletem fatos sobre a vida, relacionamentos e intimidade dos seus interlocutores (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017).

Destaca-se, também, os diversos papéis sociais que esses personagens exercem no decorrer de suas vidas, assumindo funções profissionais, culturais, religiosas, políticas, familiares, entre outras. Assim, são produzidos documentos de caráter oficial e não-oficial, sendo que ambas as formas apresentam valor probatório, seja diante das ações do Estado ou no estudo sobre a biografia e produção intelectual, política, artística, literária, científica – entre outras produções – dos titulares.

Campos (2017, p. 118) considera que:

[...] cada arquivo pessoal possui documentos vinculados aos tipos de atividades e funções exercidas por uma pessoa: relações institucionais e de amizade, preferências intelectuais e interesses preservados. A existência em sociedade acarreta a produção, o recebimento e a acumulação de

documentos, pois são instrumentos indispensáveis para o funcionamento da coletividade e, logo, testemunhos da trajetória de qualquer indivíduo (CAMPOS, 2017, p. 118)

Nesse sentido, McKemmish (2013, p. 24) afirma: “as relações e os papéis públicos e privados associados a esses atributos singulares são, a um só tempo, construídos socialmente e moldados pela interação de uma personalidade individual com o constructo social”.

No que concerne às relações formais do indivíduo com o Estado, denota-se a dimensão contextual ou funcional da identidade pessoal (HOBBS, 2018). Sendo assim, a documentação produzida nesse contexto apresenta evidências do aspecto público do titular, revelando muito de si no que diz respeito a ideias, posicionamentos e afinidades. Isto é, a forma documental é tomada a partir da interação da personalidade do indivíduo com as atividades cotidianas que lhe são inerentes.

As narrativas dos Arquivos Pessoais trazem consigo um constante conflito entre “a atividade pública controlada” e o “fluxo inconsciente da personalidade interior” (HOBBS, 2018, p. 268). Posto isso, o Arquivista somente após o contato contínuo – e por vezes repetitivo – com os conjuntos documentais consegue perceber os discretos indícios da maneira de pensar e argumentar do indivíduo produtor. Apesar de esses fatos revelarem aspectos da personalidade do titular dos arquivos, tal inferência decorre mediante a análise da interação desse sujeito com outras personalidades ou entidades.

Sendo assim, os arquivos pessoais apresentam narrativas que transcendem “provas de mim” ou a “autonarrativa do indivíduo”, uma vez que não dispõem evidências isoladas do contexto geral da realidade em que são articuladas. Aliás, sua natureza é caracterizada como um construto que envolve o “eu” e outros, expondo, debatendo, corroborando, contradizendo e/ou acrescentando.

Além disso, verifica-se a existência de critérios para que ocorra a institucionalização dos arquivos pessoais. Os fundamentos para que esses acervos sejam incorporados às instituições arquivísticas estão na observação da relevância de suas informações e dos titulares dos arquivos ao interesse do poder público e da sociedade.

## **2.2 Arquivos pessoais e memória**

As memórias individuais são lembranças particulares de um indivíduo, as quais são tecidas a partir de suas experiências pessoais no âmbito social que lhe é inerente, tais como: profissional, político, religioso, artístico, familiar, entre outros. Nesse viés, a formação das

memórias individuais ocorre através de um processo que a todo momento recebe influências externas advindas de contextos sociais, políticos e culturais, uma vez que são constituídas por meio da interação do indivíduo nos espaços em que ocupa (HEDSTROM, 2016).

Para Schmidt e Mahfoud (1993), a lembrança do indivíduo advém de um processo coletivo realizado por um grupo de referência no qual o sujeito está inserido, mesmo que por afinidades ideológicas e/ou culturais, não necessitando de um contato físico para isso; e que nessas circunstâncias, aquele tenha possibilidade de retomar modos de pensamentos e experiências em comum deste grupo.

No processo de compreensão sobre determinado fato ou acontecimento, de acordo com Halbwachs (1990, p. 25), “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos pareçam obscuras”

Hedstrom (2016) preconiza que, apesar de as memórias serem “rememoradas” pelo indivíduo, suas lembranças contêm participação significativa de grupos sociais e instituições. Reitera ainda que “as identidades sociais e comunitárias eram moldadas pela prática de compartilhamento com base em instituições sociais centrais: a família, a religião e a classe social” (HALBWACHS apud HEDSTROM, 2016, p. 241).

Neste ínterim, de acordo com Pollak (1992, p. 204):

A memória é, em parte, herdada, e não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória [...] a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade [...] a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.

Sendo assim, as memórias coletivas se caracterizam como um elo entre o presente e o passado, que constantemente passam por ressignificações, nas quais são agregadas novas percepções aos eventos e fatos e que, por muitas vezes, são forjada, pela necessidade de grupos sociais rememorar celebrações, costumes, festividades, rituais, entre outras liturgias que simbolizam a identidade de um grupo, com o intuito de preservar a vitalidade das tradições, estimulando o sentimento de pertencimento nos indivíduos. Nessa perspectiva, “[...] histórias são contadas, cantadas, dançadas, registradas em rituais e cerimônias, evocadas, recontadas ou encenadas novamente” (MCKEMMISH, 2013, p. 25).

Dentro das instituições arquivísticas, para que se garanta a representatividade dos grupos que compõem a sociedade, bem como a salvaguarda das nuances do processo de formação das memórias coletivas e, por conseguinte, a construção da própria história, destaca-se a necessidade de enfoques estratégicos, pautados na observação das narrativas de grupos que, deliberadamente, foram excluídos das histórias oficiais, e que sofreram impactos diretos das ações da alta cúpula do Estado (COOK, 1998).

Heymann (2005) ressalta que a produção de um legado ou a fundação de um lugar de memória fica condicionado à ação de sujeitos que sinalizem a necessidade de recuperação desses legados, que anunciem o risco de esquecimento, e que tenham consciência da dívida social com a memória desses indivíduos. Nesse sentido, os sujeitos provocadores da ação visam a reparação histórica das narrativas desses grupos, de modo a promover a recuperação desses registros para incorporá-los à memória nacional, a qual deve contemplar os legados e os objetos que os simbolizam.

Sendo assim, tanto os documentos oficiais (elaborados na cadeia de produção documental do Estado) quanto os documentos privados (produzidos por indivíduos) são reunidos sob custódia das instituições e estabelecem diálogos entre si sobre determinados fatos, ampliando as perspectivas acerca dos acontecimentos do passado, os quais, por vezes, apresentam aspectos nebulosos para sua compreensão. Essa visão holística das narrativas propõe uma variedade de elementos informacionais que auxiliam no processo de interpretação das informações contidas nos conjuntos documentais, e estes, por sua vez, são constituídos como patrimônio documental.

Nessa perspectiva, tem-se a reflexão de Lage (2002 apud CRIVELLI; BIZELLO, 2019, p. 44) sobre patrimônio documental:

O conceito de Patrimônio Documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural -, sendo no entanto mais complexo que os conceito já de si complexos de Documento (unidade de informação), Informação (dados do conhecimento registrados) ou Fonte histórica (todo o dado procedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objectiva, relacionado com a actividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado).

Posto isso, nota-se a dimensão cultural e representativa apresentada no conceito sobre patrimônio documental em relação aos diversos grupos que compõem a sociedade. Logo, constata-se a necessidade da implantação de novas estratégias no tratamento das informações no âmbito das instituições custodiadoras dos patrimônios documentais, o que significa a

elaboração de outras metodologias para compreender mais a fundo os processos funcionais da sociedade e suas instituições, de modo a abranger os grupos que fizeram/fazem parte desses seguimentos.

Nesse contexto, os arquivos pessoais têm muito a agregar às narrativas e à construção da história social, em função da riqueza de relatos encontrados nesses acervos, os quais discorrem sobre memórias do “eu” que estão relacionadas às narrativas que foram moldadas, predominantemente, por grupos sociais hegemônicos (COOK, 1998).

Com base nessa percepção, os arquivistas podem empoderar-se de uma gama de atributos informacionais que, anteriormente, não tinham visibilidade em virtude de uma cultura organizacional tradicionalista, que limita os horizontes das instituições arquivísticas na compreensão dos mecanismos e dos processos de formação da sociedade.

Posto isso, os arquivistas assumem um importante papel como mediadores das informações que serão preservadas para as presentes e futuras gerações, pois, no desempenho de suas atribuições, especificamente, no desenvolvimento das atividades de avaliação e descrição arquivística, definem-se os registros que contêm valor secundário<sup>2</sup> (histórico e informativo), assim como a maneira que as narrativas serão descritas e disponibilizadas aos usuários. Esta nova visão, conseqüentemente, implica mudanças na avaliação arquivística dos documentos e na perspectiva apresentada sobre conteúdo dos documentos, à medida que aqueles grupos esquecidos pelas narrativas oficiais emergem na história (COOK, 1998).

### **2.3 Instituições Arquivísticas e a Lei de Acesso à Informação (LAI)**

As Instituições Arquivísticas desempenham um papel importante perante a sociedade, pois atuam como órgãos de custódia dos documentos produzidos ou recebidos no âmbito da administração pública, bem como dos documentos de caráter privado que são de interesse público e social. Nesse sentido, compreende-se arquivo público como “um depósito de documentos de interesse coletivo, produzido nas esferas administrativas do poder público, incumbido de tratar, organizar e disponibilizar (estabelecendo os níveis de acesso) os documentos produzidos nos domínios do poder público” (TOGNOLI e BARROS, 2011, p. 71).

---

<sup>2</sup> SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Além disso, sua relevância também consiste no sentido que colaboram com o desenvolvimento do pensamento crítico dos cidadãos, tornando-os sujeitos ativos em questões voltadas para política, cientes dos seus direitos e deveres e reflexivos diante das ações e eventos que ocorrem à sua volta. Essas ferramentas proporcionam o conhecimento e a construção de uma visão de mundo mais crítica, sistemática, dando a possibilidade aos indivíduos de atuarem como sujeitos participantes dos processos que moldam as conjunturas sociais e na cooperação para melhorias e transformações de realidades.

Pode-se dizer ainda que, “o arquivo é, portanto, uma instituição de controle e custódia, e sua documentação, de ordem oficial ou não, é produzida com um fim pragmático por uma necessidade burocrática cotidiana” (TOGNOLI e BARROS, 2011, p. 70).

Além de ser um órgão importante para a administração pública, por sua eficiência em prestar assistência arquivística aos demais órgãos que operam para o funcionamento pleno das entidades públicas em todas as esferas (Municipal, Estadual, Federal) com o atendimento de demandas que exigem agilidade nas tomadas de decisão, ainda se configura como um agente que presta informação à sociedade, de modo que é o guardião das memórias que, uma vez acumuladas, contribuem com a construção das narrativas que compõem a história social.

Em vista disso, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações e dá outras providências. Em seu artigo 3º destacam-se as diretrizes da Lei que implicam diretamente em sua aplicabilidade:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I. observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
  - II. divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
  - III. utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
  - IV. fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
  - V. desenvolvimento do controle social da administração pública
- (BRASIL, 2011, não paginado).

Logo, a LAI é o respaldo legislativo no que diz respeito à disponibilização da informação por parte dos órgãos integrantes da Administração Pública ou que estejam a

serviço dela, e neste escopo inclui-se parte das atribuições das instituições arquivísticas. Assim, essa Lei atua como um instrumento de controle social das ações do Estado que preza pela transparência, justiça e prestação de contas junto à sociedade.

Além disso, representa um dispositivo legal para manutenção da democracia, na medida em que os cidadãos saem da posição de espectadores das tomadas de decisão do Poder Público e passam, literalmente, a integrá-las, por terem seus direitos de reivindicar e contestar as deliberações garantidos.

Essa posição ativa do cidadão em relação às ações do Estado não é alcançada de maneira espontânea. Na realidade, é resultado de muita resistência, que envolve alguns pontos que a fizeram ser possível.

Para tal propósito, ressalta-se que as ferramentas necessárias para o desenvolvimento do senso crítico do indivíduo são alcançadas na busca por informações, bem como pela disponibilização dessas pelos órgãos competentes, após o tratamento técnico adequado e da elaboração de estratégias para sua difusão e acesso.

A percepção do usuário pode ser ampliada para além das narrativas elaboradas pelos organismos oficiais, mediante a inclusão de fontes alternativas às Instituições Arquivísticas que apresentam detalhes sobre os mesmos recortes e eventos históricos, tal como aspectos sociais, culturais e políticos de uma sociedade, porém, sob outra ótica.

Neste ponto, destaca-se a tradição canadense dos “arquivos totais” que se caracteriza pela junção entre os arquivos institucionais e arquivos pessoais e, dessa forma, permitem uma visão panorâmica dos arquivos e da forma como são constituídas suas memórias coletivas, pois nessa realidade não há uma ideia conformada que normalmente reflete: ou interesses de poderosos grupos ou do Estado. Então, nesse contexto, os arquivos pessoais são considerados complemento e suplemento dos arquivos organizacionais (COOK, 1998).

Isso se enquadra na lógica dos arquivos de governança, que representam a interação dos cidadãos com o Estado e de que forma as deliberações deste segundo impactam a sociedade. Os arquivos canadenses prezam pela preservação dos documentos dos manuscritos particulares, os quais são de interesse público, assim como pela evidência documentada das atividades dos governantes (COOK, 1998).

Diante dessa percepção holística, entende-se que é possível chegar mais próximo da totalidade dos fatos. Assim, existe a possibilidade de tecer narrativas menos tendenciosas, diminuindo os silenciamentos ocorridos de forma sistemática nas versões oficiais.

Em outro cenário, desta vez no Brasil, é perceptível muitos entraves com relação ao tratamento e custódia da documentação produzida pelos titulares de arquivos pessoais, devido

à inexistência de políticas públicas que estabeleçam diretrizes para a aquisição destes Acervos, embora o seu recolhimento às instituições arquivísticas seja previsto em Lei, haja vista as disposições da Lei 8.159/1991, ainda sobre a política nacional de arquivos públicos e privados que versa em seus artigos 12 e 15:

Art.12- Os arquivos privados podem ser identificados pelo poder público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 15- Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas (BRASIL, 1991, não paginado).

Entretanto, constatou-se na pesquisa que os arquivos pessoais são considerados, em certas ocasiões, como coleções, talvez este seja um dos motivos de esses acervos serem, majoritariamente, custodiados por bibliotecas, museus e centros de memória. Além disso, distingue-se consideravelmente dos arquivos convencionais das organizações, o que causa resistência por parte dos profissionais da área, e também gera uma gama de desafios acerca de sua organização.

#### **2.4 Políticas de reconhecimento e aquisição, tratamento e acesso de acervos pessoais**

No âmbito da legislação brasileira, o reconhecimento do interesse público e social sobre os arquivos privados pessoais está disposto na Lei 8.159/1991, nos artigos 12 e 15, como já foi mencionado no item anterior. Outros elementos que discorrem sobre essa ação podem ser encontrados no Decreto 4.073, de 03 janeiro de 2002, que regulamenta a Lei de arquivos.

O Decreto designa ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) a responsabilidade de identificar os acervos pessoais de interesse público e social e, a partir disso, propor ao Ministério da Justiça a declaração que atesta o reconhecimento desses acervos como tal (BRASIL, 2002, não paginado).

Nesse processo, os conjuntos documentais devem atender aos requisitos que se enquadram em “documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2002, não paginado). Nota-se que o parâmetro do poder público para o reconhecimento do interesse público e social dos acervos pessoais está centrado em sua dimensão cultural, a fim de reconhecê-los como potenciais fontes de pesquisa.

A Resolução nº 47, de 26 de abril de 2021, do Arquivo Nacional, dispõe sobre os elementos referentes à declaração de interesse público e social: o pedido realizado “por qualquer pessoa física ou jurídica ou órgão ou entidade da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, demonstrado o interesse específico” (ARQUIVO NACIONAL, 2021, não paginado).

A solicitação deve ser submetida à Comissão de Avaliação de Acervos Privados (CAAP) do CONARQ, composta por três (3) a cinco (5) membros, dos quais um será o presidente e os demais serão suplentes. A comissão emitirá um parecer técnico sobre a questão, posicionando-se favorável ou desfavorável à proposição, sendo necessário dar ciência ao proprietário do arquivo ou solicitante (ARQUIVO NACIONAL, 2021, não paginado).

Os elementos a serem analisados pela comissão acerca da declaração correspondem à: mensuração aproximada do acervo (em unidades, metros lineares ou metros cúbicos), ao estado de conservação dos documentos e ao conteúdo e histórico do acervo (ARQUIVO NACIONAL, 2021, não paginado).

Uma vez que a CAAP emite o parecer técnico favorável, o processo segue para homologação do Presidente do CONARQ e, em seguida, será enviado para apreciação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública (ARQUIVO NACIONAL, 2021, não paginado).

A Resolução nº 47 também determina que a declaração oficial de interesse público e social será realizada por meio de Ato do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e que terá validade somente após a publicação do decreto em Diário Oficial (ARQUIVO NACIONAL, 2021, não paginado). Ou seja, por mais que a plenária do CONARQ seja favorável à solicitação realizada pelos proprietários ou detentores dos acervos privados pessoais, isso não garante o reconhecimento de interesse público e social desses arquivos

A tomada de decisão sobre o reconhecimento de interesse público e social dos arquivos pessoais, por meio desta resolução, é descentralizada do âmbito das discussões e pautas arquivísticas, uma vez que o poder de reconhecimento fica condicionado a um órgão cuja atuação não corresponde às competências técnicas para tratar de assuntos relacionados à Arquivologia e seus desdobramentos na sociedade, consoantes à promoção da cultura, patrimônio e em prol da memória nacional.

Nesse ínterim, percebe-se a necessidade da formulação de políticas arquivísticas voltadas à temática concernente aos arquivos pessoais, que disponha diretrizes acerca da aquisição desses acervos pelas instituições arquivísticas, bem como a elaboração de

metodologias que visam a sistematização dos procedimentos referentes ao tratamento técnico a ser utilizado para a organização e preservação dos conjuntos documentais.

Nesse processo, é fundamental que as discussões estejam centralizadas nas instituições e órgãos arquivísticos (devido ao seu caráter técnico-científico para lidar com essas demandas), na função social do profissional arquivista como mediador das informações contidas nas instituições (com o conhecimento técnico para gerenciar as etapas do processo de gestão documental), no acesso à informação pelo usuário, na preservação da memória e no fomento à cultura.

De acordo com Sousa (2006), para que o acesso à informação seja efetivado, a documentação deve ser organizada, disponibilizada e protegida, e que as intenções das políticas públicas sobre os arquivos enquanto instituições devem estar relacionadas ao direito de acesso à informação, na assistência às atividades administrativas do Estado, na proteção da memória e no desenvolvimento científico.

Sob o prisma da variedade das atividades desenvolvidas no ambiente laboral das instituições arquivísticas, Troitiño (2017, não paginado) preconiza que:

Nos arquivos, a política pode atingir diversos âmbitos de sua atuação. Desse modo, é aconselhável que as instituições de resguardo do patrimônio documental fundamentam suas ações em políticas por elas estabelecidas, tais como as relativas à conservação, segurança, formação de acervo, acesso ou qualquer outra que oriente protocolos de trabalho.

Nesse entendimento, infere-se que as políticas arquivísticas de formação de acervos devem orientar todas as etapas das atividades que serão executadas com a finalidade de realizar o tratamento técnico dos conjuntos documentais que estão sob custódia das instituições mantenedoras.

Assim, a aplicação dessas políticas abrange os critérios de aquisição quanto à natureza e às linhas de acervo que serão abrigados e, ainda, devem estabelecer diretrizes que orientem desde o momento de captação dos acervos até o desenvolvimento das tarefas relativas de avaliação, seleção, preservação, assim como as condições de descarte de acervo, quando for o caso (TROIÑO, 2017).

É relevante destacar a maneira como essa documentação é incorporada às instituições. Nesse sentido, Tognoli e Barros (2011, p. 72) observam que “o uso dos arquivos pessoais para a pesquisa depende da compra ou doação do acervo. É a partir do valor atribuído pela sociedade, pela ciência e/ou pelas artes que determinado acervo é doado para os arquivos públicos, fundações, centros de documentação etc”.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 85), a entrada de documentos nas instituições arquivísticas ocorre por meio de “[...] compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência”

No que tange aos acervos pessoais, as ações de compra ou doação às instituições são mais comuns. Sendo assim, Troitiño (2017, não paginado) considera que "no caso das compras de acervo, o instrumento legal correspondente à regularização da propriedade é o contrato. Já para a formalização de doações são feitas cartas, termos ou instrumentos particulares /públicos, dependendo do grau de solenidade de investimento”.

Nesse ponto, destaca-se a necessidade dos procedimentos jurídicos para a aquisição dos acervos, pois no ato da compra ou doação é elaborado um termo ou contrato de acordo com a natureza da ação, no qual a parte que efetuou a doação ou compra tem a possibilidade de restringir a disponibilização de algumas informações, e a administração pública deve atender a essas exigências.

De acordo com a LAI, em seu artigo 31, tendo em vista o respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, sobre as informações pessoais “poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem" (BRASIL, 2011, não paginado). Logo, caso no ato de compra ou doação não se apresente restrições quanto à difusão das informações contidas nos acervos, o consentimento de quem efetuou a ação deve ser expresso no documento jurídico que firmou o acordo entre as partes.

Além disso, o recolhimento para custódia pelas instituições públicas, em geral, depende da avaliação a ser realizada por estes órgãos. Como já mencionado, há critérios que indicam a relevância desses acervos pessoais, e esses são alcançados de acordo com a dimensão que o titular dos documentos tem perante à sociedade, tendo como parâmetro a sua área de atuação.

Sendo assim, McKemmish (2018, p. 240) afirma que:

Os Arquivistas [...] estão em partes engajados no processo de garantir que um arquivo pessoal seja considerado valioso para a sociedade em geral e seja incorporado aos arquivos coletivos da sociedade, construindo assim uma parte acessível da memória [...], de seu saber experiencial e de sua identidade cultural – prova de nós.

Uma vez comprovada a sua relevância para o desenvolvimento da cultura e preservação da memória nacional, é necessário reconhecer as diferenças entre arquivos organizacionais e arquivos pessoais para ser possível ampliar a discussão das questões acerca

da organização desses acervos, ponto esse que a arquivística ainda não explorou os pormenores. O que se verifica na literatura são diferentes abordagens para a tentativa de elaboração de uma metodologia que seja funcional para o tratamento dessas informações.

Os arquivos das organizações possuem estruturas funcionais que ajudam a formalizar os procedimentos a serem seguidos para o tratamento da documentação. Em razão disso, nesses arquivos é verificada certa estabilidade de produção documental, o que facilita até certo ponto a elaboração de metodologias para sua organização (TOGNOLI; BARROS, 2011).

Ainda sobre arquivos organizacionais, Tognoli e Barros (2011, p. 67) destacam que “os arquivos orgânicos são formalizados mediante prática profundamente institucionalizada, ou seja, por meio de dispositivos legais, dispositivos administrativos e manuais de redação oficial”.

No entanto, é relevante destacar que a “estabilidade” se dá no âmbito de cada instituição, de maneira particular, pois os órgãos possuem suas especificidades determinadas devido às suas atividades-finalísticas. Logo, os documentos são produzidos de acordo a demanda específica das instituições, e como resultado se tem uma variedade de tipologias e de suportes documentais que podem divergir entre um órgão e outro.

A produção documental dos acervos pessoais não tem caráter regular ou padronizado, e se materializa em uma variedade de suportes, formatos, técnicas de registro, espécies e tipos documentais (CAMPOS, 2017). Então, para compreendê-los, faz-se necessário ir além das regras, normas ou das metodologias que a literatura arquivística apresenta para o tratamento dos documentos de arquivos institucionais.

Sendo assim, tais documentos não se enquadram nos padrões de produção documental estabelecidos para os documentos oficiais. Pois, além de divergir dos arquivos convencionais em sua forma de acumulação e características diplomáticas dos documentos, os arquivos pessoais apresentam uma diversidade ainda maior tanto por tipologias quanto de suportes de registros das informações.

Outro ponto de destaque sobre os acervos pessoais é referente às técnicas de preservação e conservação que serão utilizadas com vistas à proteção de sua integridade. Como já mencionado, esses documentos são materializados em uma variedade de suportes, logo, o tratamento técnico de preservação exigirá procedimentos diferentes de acordo com a necessidade de cada formato.

Segundo Cassares (2000, p. 11) “a melhor maneira para estabelecer critérios de conservação é conhecendo a natureza dos materiais componentes dos arquivos, e seu comportamento diante dos fatores de degradação a que estão expostos”.

Sendo assim, diante da realidade dos órgãos públicos, que em muitos casos ocorre a inviabilidade da contratação de mão de obra especializada para conservação e restauração dos documentos, ainda é possível tomar as medidas adequadas para o gerenciamento e tratamento da documentação, tendo como base as diretrizes elaboradas por autoridades competentes sobre o assunto.

Dessa maneira, qualquer tratamento aplicado tem que ser minuciosamente analisado para poder ser definido, de acordo com as informações preliminares existentes sobre cada tipo de suporte e suas particularidades. A intervenção realizada sem critérios estabelecidos pode resultar em maiores danos ao suporte, acelerando o seu processo de degradação.

Posto isso, uma vez que o método proposto para tratamento dos documentos de arquivos das organizações não é adequado para o gerenciamento das informações dos acervos pessoais, “[...] devemos tomar uma postura diferente em relação à Arquivística neste caso, ao compreender que sua teoria clássica não responde a tudo, algo escapa, e para responder de maneira mais sincera aos arquivos pessoais, devemos buscar conceitos, princípios e teorias em outras áreas.” (TOGNOLI e BARROS, 2011, p. 75)

Nessa perspectiva, Cook (1998, p. 133) também discorre que:

Os princípios arquivísticos não foram estabelecidos para sempre, e sim, como a visão da própria história, ou da literatura e da filosofia, refletem o espírito de seu tempo, sendo reinterpretados pelas sucessivas gerações. A ciência arquivística, ou a teoria tradicional da arquivística não são, apesar do que alguns arquivistas de documentos públicos ainda gostam de afirmar, nem verdade universal, nem realidade fundamental aplicável a todas as circunstâncias e meios arquivísticos em qualquer tempo e lugar.

Diante dos argumentos apresentados, salienta-se que os métodos arquivísticos desenvolvidos até o momento não representam verdades absolutas, aliás, apenas refletem as alternativas que foram desenvolvidas para sanar as demandas de sua época e lugar de produção, ou seja, existe uma construção epistemológica articulada a partir de necessidades específicas, para atender determinada demanda. Dessa forma, o estabelecimento dos métodos faz-se relativo no tempo e no espaço.

É importante ressaltar que a ciência é marcada pela acumulação de conhecimentos e aprimoramento de estratégias, logo, é natural que este processo seja repleto de reflexões e de ressignificações. Além do mais, novos desafios surgem na arquivística em face da contemporaneidade: O gerenciamento de documentos natos eletrônicos. O que, à título de

exemplificação, está desencadeando uma série de questionamentos e reflexões em busca de novas alternativas de gestão documental que sejam funcionais diante desse novo modelo de produção de documentos.

Nesse sentido, nota-se o quanto essas discussões são necessárias para refletir sobre novas abordagens e desenvolvimento de métodos, com o objetivo de promover o amadurecimento teórico e prático na Arquivologia no que tange ao tratamento desses acervos alternativos – não institucionais.

Assim, em se tratando da análise para elaboração de estratégias de organização dos arquivos pessoais pelas unidades mantenedoras, Heymann (2009, p.55) acentua que:

Entre os procedimentos que, hoje, me parecem mais importantes, encontram-se o levantamento da história de cada fundo, o contato com as pessoas envolvidas na acumulação, ordenamento e guarda dos papéis - antes e depois da morte do titular -, bem como o investimento nas intenções, projeções e expectativas depositadas no arquivo por esse último, tanto no momento em que seleciona documentos para serem guardados como depois, ao vislumbrar a possibilidade de atribuir a seu acúmulo documental um valor histórico ou patrimonial.

Para Mckemmish (2018, p. 241), todos os aspectos das relações sociais ou pessoais do titular devem ser considerados para que sejam estabelecidas diretrizes para a organização do acervo. Nesse sentido, considera que:

Os Arquivistas podem analisar o que acontece no arquivamento pessoal do mesmo modo como analisam o arquivamento corporativo. Assim como identificam funções e atividades corporativas importantes, e especificam os documentos mantidos como prova dessas atividades, da mesma forma eles podem analisar os papéis socialmente atribuídos e atividades correlatas e concluir quais documentos esses indivíduos guardam como provas desses papéis e atividades – “provas de mim”. Podem também definir os indivíduos em termos de suas relações com os outros – usando palavras que implicam papéis ou relacionamentos. [...] cônjuge, amante, companheiro, camarada, pai ou mãe, criança, neto, padrinho, amigo, empregado, contribuinte, cidadão, assinante, membro de um clube, associação ou igreja, estudante, companheiro de quarto, cliente, ancestral, descendente... eu, todas essas palavras relacionam os indivíduos entre si e com a sociedade. Tais relações implicam modos socialmente condicionados de se comportar e interagir que se estendem também ao comportamento relacionado ao arquivamento de documentos.

De fato, denota-se a redução do caráter proativo e intervencionista que o Arquivista possui nos arquivos organizacionais – na circunstância em que se tem como base as informações obtidas a partir do diagnóstico institucional e aplicação dos instrumentos de gestão – quando o aspecto analisado diz respeito à organização de arquivos pessoais.

Nesse sentido, Heymann (1997, p. 42) discorre que:

É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. Por um lado, porque sua vida, suas atividades e suas relações vão determinar e informar o que é produzido e retido por ela sob sua orientação. Por outro lado, e fundamentalmente, porque cabe a ela o que deve ser guardado e de que maneira.

Percebe-se que a forma de acumulação e conservação desses arquivos é estritamente subjetiva aos titulares, e a maneira como foram organizados pelos produtores estabelece relações orgânicas entre os documentos. Se isso não for mantido, o risco de violar a organicidade dos conjuntos se torna inevitável.

A literatura arquivística, ainda, sugere a investigação da maior quantidade de elementos possíveis acerca da vida social, pessoal, profissional, bem como as relações políticas desses indivíduos, para estabelecer diretrizes para a organização da documentação.

Na intenção de desenvolver métodos funcionais para realizar o tratamento dos arquivos pessoais, encontram-se estratégias variadas desde as que apontam a elaboração de padrões consensuais de arquivamento até as que sugerem a intervenção "pré-custodial", que consiste na criação de parcerias com indivíduos e organizações que se relacionem com "potenciais doadores de arquivos" e que dessa maneira possam influenciar suas "culturas de arquivamento" (MCKEMMISH, 2018).

Independente da estratégia utilizada e das limitações sobre quanto o Arquivista consegue se projetar para intervir na organização dos acervos pessoais, Mckemish (2018, p. 258) preconiza que cabe ao profissional "[...] explorar os requisitos funcionais para regimes arquivísticos pós-custodiais capazes de assegurar que um arquivo pessoal importante para a sociedade se torne uma parte acessível da memória coletiva".

Nesse sentido, infere-se que, a visibilidade desses acervos depende, em partes, do esforço e alinhamento dos pares da área, para o desenvolvimento de estratégias que visam difundir informações sobre a temática, provocando a conscientização dos indivíduos acerca da importância desses acervos para a preservação da memória, dos patrimônios e da identidade cultural. Bem como, é necessário promover a discussão sobre a necessidade da elaboração de políticas de aquisição de arquivos pessoais para que sejam estabelecidas diretrizes quanto à incorporação e tratamento técnico desses acervos às instituições arquivísticas.

### **3 OS ARQUIVOS PESSOAIS NA UFPA:** reconhecimento e aquisição, tratamento e acesso dos acervos pessoais.

Essa seção abordará o processo de reconhecimento, aquisição, tratamento técnico e acesso dos arquivos pessoais custodiados pelas unidades da UFPA que estão no escopo de análise da pesquisa: Arquivo central, Biblioteca Central e Museu. Cabe ressaltar que, a partir deste ponto do trabalho, as informações referentes aos arquivos pessoais custodiados pelas unidades de informação da UFPA foram obtidas por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com os servidores responsáveis ou envolvidos no processo de aquisição, tratamento e acesso dos conjuntos documentais.

Nesse viés, a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi instituída a partir da Lei de nº 3.191/57, com sede em Belém (PA), integrada no Ministério da Educação e Cultura (MEC). A Lei foi sancionada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após meia década de tramitação legislativa (UFPA, 2006).

Assim, a UFPA, fundada em 1957, é uma instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Ensino Superior (SESU), sob forma de Autarquia Federal, com sede na cidade de Belém, capital do Estado do Pará (UFPA, 2006).

A Instituição, ao longo de seus 65 anos, participou do desenvolvimento do Estado e da região norte, relacionando-se com aspectos socioculturais e econômicos da região amazônica compreendidos nesse intervalo de tempo. O princípio fundamental desta instituição de ensino é a integração da tríade base da educação: ensino, pesquisa e extensão (UFPA, 2006).

Administrativamente, a Autarquia é organizada por constituída por 14 institutos, 07 núcleos, 36 bibliotecas universitárias, 02 hospitais universitários e 01 escola de aplicação. Ademais, a instituição está em contínua expansão em virtude da criação de polos educacionais, divididos pelos municípios do interior do Estado (UFPA, 2006).

#### **3.1 Arquivo central (AC)**

A criação do Sistema de Arquivos da UFPA, tendo o Arquivo Central (AC) como coordenador, foi aprovada através da resolução 590, de 21 de dezembro de 1988. A este Sistema incumbiu-se as competências de planejar, normatizar, orientar e monitorar a política arquivística institucional, de modo a padronizar as ações e tarefas que eram executadas nos arquivos setoriais das unidades administrativas e acadêmicas (ARQUIVO CENTRAL, 2022).

Em 2006, a atualização do Regimento Interno da UFPA considerou o AC como um órgão suplementar, e reiterou a responsabilidade do órgão pela implantação e desenvolvimento da política arquivística institucional e pela coordenação do sistema de arquivos da UFPA, visando a integração do programa de gestão de documentos às políticas de preservação e disseminação da memória institucional (ARQUIVO CENTRAL, 2022).

O AC participou do grupo de trabalho que elaborou o projeto de criação do curso de Arquivologia na UFPA, aprovado em 2011. Além disso, a unidade atuou junto ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) no processo de transição de sistemas para formalização de processos, em agosto de 2013 – no qual o Sistema PTA (Módulo Eliminação de Documentos Autuados) foi desativado, passando a ser utilizado o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) – principalmente no que diz respeito à gestão de mudanças de cultura organizacional, oferecendo treinamentos sobre a operacionalização do novo sistema aos servidores (ARQUIVO CENTRAL, 2022).

A partir desse momento, o AC passou a aplicar os instrumentos de gestão documental aprovados pelo Arquivo Nacional. Mais recente, em 2019, a unidade coordenou a implantação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) na UFPA, atendendo às exigências do decreto 8.539. Sendo assim, o órgão ocupa uma posição cada vez mais estratégica na instituição, e evidencia a importância do serviço arquivístico para o aprimoramento da gestão institucional (ARQUIVO CENTRAL, 2022).

Para a realização dos serviços arquivísticos, o Arquivo Central conta com a seguinte estrutura organizacional: Diretoria, conselho, comissão permanente de avaliação de documentos, secretaria executiva, coordenadoria de gestão documental, divisão de comunicação, divisão de arquivos setoriais, divisão de arquivos intermediários, coordenadoria de arquivo permanente, divisão de pesquisa e investigação histórica e coordenadoria de apoio técnico (ARQUIVO CENTRAL, 2022).

O AC tem sob sua custódia o acervo pessoal do professor Jean Hébette e, até o momento da realização da pesquisa, é o único acervo pessoal custodiado pela unidade.

### **3.1.1 Jean Hébette**

Jean Hébette (1925-2016), natural da Bélgica, foi um educador, historiador, escritor, teólogo, missionário, economista e sociólogo, teve destaque por suas pesquisas sobre o campesinato no Brasil, além de ser um grande ativista social na luta pela reforma agrária.

Com o intuito de ampliar seu conhecimento sobre o campesinato, ingressou na Faculdade de Economia da UFPA, especializou-se em desenvolvimento regional e, a partir de 1974, iniciou uma longa e produtiva carreira como professor e pesquisador da UFPA (UNIFESSPA, 2016).

Hébette viveu quase meio século na Amazônia e se tornou referência no cenário nacional e internacional em decorrência de suas pesquisas sobre a Amazônia, voltadas, principalmente, para as temáticas do campesinato e grupos sociais, atuando em defesa da garantia dos direitos e da dignidade humana (UNIFESSPA, 2016).

O professor foi uma das importantes figuras na construção da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Além disso, colaborou para a criação de espaços relevantes para a organização política dos camponeses, estimulando a formação do pensamento crítico desse grupo (UNIFESSPA, 2016).

Sendo assim, o Hébette construiu um legado singular para a compreensão do campesinato na Amazônia e influenciou pesquisadores, sindicalistas, estudantes e camponeses. Sua obra *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia* é a maior expressão desse legado (UNIFESSPA, 2016).

O acervo pessoal do professor Jean Hébette foi recolhido pelo Arquivo Central em 20 de fevereiro de 2020. Originalmente, o conjunto documental era custodiado pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), onde o professor desenvolveu suas atividades e a documentação foi sendo acumulada. Devido a falta de mão de obra qualificada para garantir a preservação e realizar a organização do acervo, a direção do INEAF fez a proposta para que o conjunto documental fosse recolhido pelo Arquivo Central, no intento de evitar perdas e a degradação dos documentos, bem como para efetuar o tratamento da documentação a fim de torná-la acessível para a sociedade.

Para formalização do recolhimento do acervo pessoal, foi elaborado um termo de recolhimento de documentos pelo Arquivo Central.

No que tange ao tratamento, manutenção e acesso do conjunto documental, os maiores desafios consistem no contingente reduzido de servidores para o tratamento da documentação e a falta de um laboratório especializado para realizar os procedimentos de preservação e conservação em alguns documentos que necessitam com mais urgência desse serviço.

O acervo possui dezessete (17) metros lineares e sua composição consiste em uma relevante produção acadêmica e atividades profissionais realizadas na UFPA, sendo representada pelas seguintes tipologias documentais: programas e projetos (em sua maioria subsidiados por ONG's estrangeiras), relatórios, ofícios, memorandos, prestações de contas,

folhetos, rascunhos, fotografias, atas, entre outros. O acervo pode ser observado nas Figuras 2 e 3.

**Figura 1 - Acervo Jean Hébette**



Fonte: Rita Machado, 2022.

**Figura 2 - Acervo Jean Hébette**



Fonte: Rita Machado, 2022.

O tratamento técnico aplicado ao conjunto documental ocorre por meio da higienização dos documentos com a trincha e a retirada de todo material metálico para evitar a oxidação dos suportes, bem como a realização de pequenos reparos de acordo com a necessidade de cada documento. Quando se nota que os documentos estão esmaecidos, de modo que se encontra certa dificuldade quanto à legibilidade das informações, realiza-se a digitalização como medida de preservação do conteúdo disposto no documento.

Além disso, a organização do acervo se dá pela classificação por tipologias documentais, conforme o ano de produção. Sendo assim, os documentos são separados por décadas, isolando aqueles que estão sem data para serem analisados no final do processo e

verificando os que precisam ser digitalizados com urgência. Como via de regra, os ofícios, memorandos e prestação de contas são transcritos.

Cabe ressaltar que esses documentos foram produzidos por Hébette no âmbito das suas atividades realizadas pela UFPA, nas quais, ocasionalmente, ocorriam em parceria com outras entidades. Todavia, no contexto dos arquivos pessoais, organizar os acervos por tipologia documental pode prejudicar a organicidade da documentação, ou seja, descaracterizar a relação estabelecida entre os documentos, uma vez que existe plena possibilidade de ocorrer o seguinte: mais de uma tipologia documental representar as ações ou atividades dentro de determinada temática na área de atuação do produtor.

A identificação nas caixas-arquivo é realizada por meio do código da instituição custodiadora (UFPA) e sua respectiva unidade (AC) (01.17), fundo documental (Professor Jean Hébette), tipologia documental e a data-limite.

Como resultado da organização do acervo, está sendo elaborado um inventário para representar o conteúdo contido nos arquivos pessoais do Jean Hébette, com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), de modo a ser utilizado como instrumento de pesquisa pelos usuários quando o tratamento documental for finalizado. Desse modo, a documentação ainda não está disponível aos usuários.

A intenção do Arquivo Central é disponibilizar o conjunto documental, também, em um repositório digital para preservá-lo e ampliar o acesso. Isso depende de negociações futuras junto ao Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação da UFPA.

### **3.2 Biblioteca Central**

A Biblioteca Central (BC) foi fundada em 19 de dezembro de 1962, denominada pelo nome do seu primeiro diretor: Professor Clodoaldo Beckman. O Art. 51 e Art. 100 do regimento geral da UFPA estabelece a BC como um órgão suplementar subordinado à Reitoria da instituição (BIBLIOTECA CENTRAL, [?]).

A BC atua como mediadora no processo ensino-aprendizagem, promovendo serviços de informação presenciais, virtuais, produtos impressos, eletrônicos, entre outras mídias. Assim sendo, contribui para o desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão, ao atender à comunidade acadêmica e à sociedade em geral (BIBLIOTECA CENTRAL, [?]).

Isso ocorre através de políticas institucionais de administração do patrimônio informacional e do compromisso com a função educativa, que se concretiza por meio da

orientação aos usuários no que tange à utilização da informação (BIBLIOTECA CENTRAL, [?]).

Dessa maneira, a BC disponibiliza, à comunidade universitária e à sociedade em geral, o acesso ao (à): Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Repositório Institucional (RIUFPA); Portal de livro aberto; Biblioteca digital de monografias; Bases de Dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Biblioteca virtual; e outras bases de dados, serviços e produtos disponibilizados na internet (BIBLIOTECA CENTRAL, [?]).

Além disso, a BC é o órgão que coordena o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), composto por 36 bibliotecas: Biblioteca Central, 12 bibliotecas de institutos, 04 de núcleos, 02 de Programas de Pós-Graduação, 01 biblioteca de faculdade e, ainda, 10 bibliotecas nos campi do interior: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí (BIBLIOTECA CENTRAL, [?]).

A BC dispõe de uma Política de Desenvolvimento de Coleções e, por meio desta, torna-se possível ampliar o seu acervo bibliográfico. Com base na referida política, ocorrem, também, as negociações para a aquisição de acervos pessoais pela unidade. Os acervos pessoais custodiados pela BC são: Silveira Neto, Eneida de Moraes, Santana Marques, Jayme Cardoso, Frederico Barata, Benedito Nunes e Maria Sylvia Nunes.

Na Biblioteca Central, os acervos pessoais ficam, em sua maioria, localizados na seção de obras raras e coleções especiais, com exceção dos acervos do Silveira Neto, Benedito Nunes e Maria Sylvia, devido a sua extensão.

### **3.2.1 Jayme Cardoso**

Jayme Cardoso foi um diplomata paraense que representou o Brasil na Itália. Tendo relevância social nesse sentido de ter representado o país no exterior. Então, neste acervo, além dos livros, tem os diários pessoais desse produtor referente ao período em que foi diplomata, e esses diários ainda estão sendo analisados e estão armazenados no cofre do setor.

Em particular, esse acervo tem muitas obras em língua francesa, Literatura, Filosofia, História da medicina, política, entre outros. Embora Jayme fosse embaixador do Brasil na Itália, o francês era a língua dos intelectuais, por isso ele tem muitas obras em francês. O ingresso deste acervo se deu por meio de doação. O documento dessa coleção ainda está

sendo procurado, pois é um documento bem antigo, do início da biblioteca, em 1962, e ainda não foi localizado.

Sobre este acervo, há livros que foram doações espontâneas de contemporâneos dele, por membros da família ou amigos. Eles ainda serão analisados e inseridos na base de dados para serem disponibilizados. Na maioria das vezes esses acervos são fechados, eventualmente ocorrem situações como essa.

### **3.2.2 Temistocles Santana Marques**

Temistocles Santana Marques foi um jornalista e membro dos Diários Associados do Pará, que foi uma empresa que pertenceu ao Assis Chateaubriand, responsável por trazer a televisão para o Brasil, sendo esse também o responsável por implementar o jornalismo no país, tendo essa característica de empresa.

Então, o correspondente do “Diários Associados” aqui no Estado do Pará foi o Santana Marques. Ele foi um intelectual com preocupações acerca das questões de desenvolvimento da região. Além disso, ele era literato e foi membro da academia de Letras. O acervo bibliográfico dele trazem muito dos aspectos que eram alvo de preocupação dos intelectuais daquela época: filosofia, literatura latina (uma língua muito frequente pra ele), literatura brasileira e paraense. Este acervo entrou na instituição por meio de doação.

### **3.2.3 Frederico Barata**

Frederico Barata foi um crítico de arte muito importante da cidade de Belém, inclusive ele teve a incumbência de criar o Museu de Artes. Nesse percurso, dialogou com outros contemporâneos que tinham interesse no assunto, mas veio a falecer antes desse objetivo se concretizar.

Suas obras são voltadas para essa área da arte. O Frederico tem um tratado de análise da cerâmica tapajônica, e trabalhou em suas produções o conceito de “glocal”, global e local. Então ele utilizou desse conhecimento aprimorado sobre a arte que ele tinha para fazer uma arte original, que remete à ancestralidade, e este acervo se impõe dessa forma.

### **3.2.4 Eneida de Moraes**

Eneida de Moraes (1904-1971) foi uma personalidade paraense e se destacou nesse cenário por meio do jornalismo e, principalmente, por causa da militância, pois ela foi uma das mulheres que mais combateu a ditadura militar, sendo perseguida, presa e torturada. É o acervo bibliográfico de maior destaque da unidade.

A maior parte da vida de Eneida foi se escondendo, lutando e combatendo. Refugiou-se no Rio de Janeiro, em função das maiores oportunidades de emprego como jornalista. Ela escreveu para o Jornal da Manhã, tinha crônicas diárias nesse jornal. A produtora possui uma obra de muito destaque: “Crônica do carnaval carioca”. Devido a isso, muitos pensam que ela era carioca.

Eneida morreu em 1971 e a biblioteca foi doada em 1975, por desejo dela, o acervo bibliográfico veio para a UFPA. Além disso, a UFPA tem o Grupo de Pesquisa Eneida de Moraes (GPEN), sendo as Professoras Eunice Ferreira e Maria Luzia Miranda Álvares umas das coordenadoras (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

### **3.2.5 Silveira Neto**

Por conta da expressividade do acervo bibliográfico não foi possível que ficasse junto aos demais no setor de obras raras. Então ele fica armazenado na sala Silveira Neto, localizada no salão de leitura da biblioteca, no andar superior. Nessa coleção temos quase 10 mil volumes.

A extensão do acervo informado pela família era de 15 mil títulos, porém, alguns exemplares ficaram em posse da família e outros acabaram se degradando, durante o período que levou para efetivamente ocorrer a entrada da documentação na biblioteca central.

Silveira Neto morreu em 1998 e esse material ingressou na BC em 2006, por causa dos trâmites administrativos. Em 2007 houve o cinquentenário da UFPA, e a disponibilização desse material foi uma das pautas. Pela composição expressiva do acervo não foi possível concluir o trabalho, porque havia outras prioridades.

Apesar disso, a Biblioteca central realizou o tratamento da coleção “Brasílicas”, que no caso do acervo Silveira Neto, a coleção era de luxo (por conta do material utilizado na encadernação). A “Brasílica” é uma coleção que fala sobre o Brasil antes e depois da colonização.

A obra foi escrita por naturalistas, navegantes, políticos que vieram de outros países e ajudaram a formar o Brasil. Posteriormente, houve participação de intelectuais brasileiros,

então são livros escritos no Brasil ou que tratam sobre o Brasil. Ao todo, a coleção “Brasíliana” é composta por 387 volumes, Silveira Neto possuía essa coleção quase completa.

O tratamento dessa documentação foi realizado como uma amostra do conteúdo do acervo de Silveira Neto. A documentação está muito bem conservada, mesmo que alguns livros tenham sido perdidos, haja vista que na Biblioteca central, assim como em toda UFPA, não há um laboratório de preservação e restauração, e poucos profissionais são especialistas nessa área.

Esse acervo é bem extenso, se comparado aos demais mencionados que estão sob custódia da BC, existe uma série de assuntos abordados, tais como: história, religião, medicina, educação, artes. Além disso, esse acervo é composto por fotografias, teses, documentos administrativos relativos à UFPA. Essa coleção está recebendo tratamento técnico de todo o setor de catalogação, devido à grande demanda de volumes, desse modo, o trabalho ainda não foi finalizado.

### **3.2.6 Benedito Nunes e Maria Sylvia Nunes**

Foi articulado o projeto denominado “Acolhimento e Salvaguarda, pela Universidade Federal do Pará, dos acervos bibliográfico, documental e de multimeios do Professor Benedito Nunes e da Professora Maria Sylvia Nunes”, coordenado pelo professor Hamilton Vieira de Oliveira (Faculdade de Biblioteconomia), para a organização deste acervo.

O acervo é bem expressivo com gêneros documentais variados: livros, multimeios (VHS, DVD, CD), Disco de vinil, periódicos e documentos arquivísticos que fizeram parte da pesquisa do professor e sua atuação como crítico de arte.

Em relação à Maria Sylvia (1930-2020), os documentos são referentes à teatrologia, seu labor como docente, além da coleção museológica. Há, também, quadros, objetos pessoais e objetos decorativos.

A equipe foi dividida em grupos de bibliotecários, bolsistas e extensionistas para elaborar o inventário deste acervo, o qual adentrou na BC por meio de um processo de doação. Uma parte da equipe ficou responsável pelos documentos bibliográficos e a outra está analisando os multimeios. O acervo possuía uma organização prévia, e esta organização foi mantida na medida do possível. Todavia, está sendo necessário organizar os títulos por área de interesse.

Há pretensão da construção de um memorial para essa documentação, devido à relevância do professor Benedito Nunes (1929-2011) e sua projeção no cenário mundial. O acervo está em fase de tratamento técnico.

Benedito Nunes fazia questão de fazer suas publicações pela editora da Universidade. Ele sempre teve esse retorno e sentimento de pertencimento para com a Universidade, tanto, que teve esse reconhecimento da UFPA por meio do prêmio<sup>3</sup> para as Teses, que é denominado como Benedito Nunes.

Ainda sobre a organização do acervo, para realizar o tratamento da documentação arquivística, foi articulado o Projeto de Extensão “Organização dos documentos arquivísticos do Benedito Nunes e Maria Sylvia”, sob coordenação da professora Mônica Tenaglia (Faculdade de Arquivologia). O trabalho ainda está em fase de desenvolvimento, tal como a organização dos demais itens do acervo e, por essa razão, o acervo ainda não está disponível aos usuários.

### **3.2.7 Aquisição, tratamento e acesso dos acervos pessoais custodiados pela Biblioteca Central (BC)**

O principal critério para a entrada desses documentos na BC é a expressão do produtor do acervo, não somente para o Estado do Pará como também para Amazônia. Desse modo, a personalidade produtora precisa ter um destaque na cena cultural e intelectual paraense e amazônica.

Os trâmites para a aquisição dos acervos pessoais é acompanhado pelo Conselho Superior de Administração (CONSAD) e o Conselho Universitário (CONSUN) da UFPA, por motivos que envolvem orçamento e a forma de aquisição, que pode ser por doação ou compra.

A elaboração do documento para formalizar a aquisição dos acervos é realizada de acordo com a ação do ato (compra ou doação) e a necessidade, pois, pode ocorrer que os herdeiros queiram estabelecer cláusulas que limitam o acesso a algumas informações do produtor ou de terceiros. O termo é, também, muito necessário em casos de doação, pois, eventualmente, há possibilidade de os herdeiros se arrependem da doação e pedir alguma

---

<sup>3</sup> O Prêmio Benedito Nunes constitui-se em reconhecimento e estímulo a pesquisadores e a programas de pós-graduação dos Institutos de Ciências da Arte (ICA), de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e de Letras e Comunicação (ILC) da UFPA. Mais informações em: [Edital 19/2022 – Prêmio Professor Benedito Nunes \(ufpa.br\)](https://ufpa.br). Acesso em: 14 out. 2022.

peça do acervo de volta ou a coleção toda. Logo, o termo serve como respaldo jurídico diante dessas situações.

O maior desafio com relação ao tratamento dos acervos custodiados pela BC consiste em avaliar a estrutura e as condições do acervo, por causa da imprevisibilidade do estado de conservação dos conjuntos documentais. Em algumas situações, os herdeiros levam um tempo para decidir o que fazer com o acervo, e os documentos ficam muito tempo em algum espaço sem receber manutenção.

Quando os acervos chegam à BC não são tratados imediatamente, primeiro passam por um período de quarentena. Após isso, realiza-se a higienização e o tratamento técnico para organizá-los e posteriormente disponibilizá-los.

Se por ventura, durante o tratamento técnico, seja observado algum dano nos materiais, estes são colocados como indisponível para não constar na base de consulta, e logo será encaminhado para o setor de pequenos reparos, retornando em seguida para ficarem disponíveis à consulta. A manutenção é realizada pelo setor de desenvolvimento de coleções, com a intervenção de técnicos bibliotecários e estagiários.

Os acervos custodiados pela BC, em sua maioria, são compostos por materiais bibliográficos, e para organizar esse material, os técnicos da unidade utilizam os sistemas de classificação bibliográfica da Biblioteconomia, especificamente, a classificação decimal Dewey (CDD), seguindo os padrões da biblioteca nacional (RJ) e da *Library of Congress*. Há alguns casos em que o próprio proprietário organizou o acervo, então a organização é mantida, pois se deve levar em conta a relação do proprietário com aquele material, uma vez que isso expressa muito sobre ele.

Todos os acervos que estão no setor de obras raras (Eneida de Moraes, Santana Marques, Jayme Cardoso, e Frederico Barata) estão disponíveis aos usuários, com exceção dos diários do Jayme Cardoso, porque é uma documentação pessoal que ainda não foi completamente analisada, e a unidade está verificando questões referentes a informações sensíveis, tendo como base a legislação vigente.

Caso haja interesse do pesquisador em consultar os acervos, eles podem fazer uma solicitação para a unidade liberar o acesso. O material que já passou por tratamento técnico está inserido na base de dados do *pergamum*, sendo necessário para o acesso a anotação do código referente à obra. Como medida de preservação desses acervos, eles podem ser consultados, mas não estão disponíveis para empréstimo, bem como também não podem ser xerocados, no entanto, podem ser fotografados.

Os usuários que solicitam acesso a esses acervos bibliográficos são pesquisadores os quais possuem uma linha de pesquisa bem definida, e o fluxo de usuários no setor de obras raras e coleções especiais é consideravelmente menor do que no acervo geral da BC. Normalmente, são pesquisadores da pós-graduação que estão desenvolvendo pesquisa, ou sobre algum desses produtores, ou sobre assuntos afins a suas coleções.

A BC dispõe de um repositório providenciado pela UFPA, mas essa documentação voltada a obras raras e coleções especiais ainda não foi disponibilizada. Está sendo procurada uma alternativa, porque, por enquanto, as prioridades para esse repositório estão sendo as dissertações, teses e os produtos da Pós-Graduação que são as documentações de *Lattes* da Universidade. No caso dos acervos pessoais bibliográficos, será necessário selecionar o que será disponibilizado no repositório, por conta da limitação do espaço de armazenamento que a unidade possui.

### **3.3 Museu da UFPA**

O Museu da UFPA foi criado em 1983 com a finalidade de identificar, preservar, e valorizar a produção artística regional e nacional. As atividades do Museu iniciaram a partir de 1985, quando a unidade foi instalada no prédio que sediava a Reitoria da Universidade, conhecido popularmente como Palacete Montenegro, Patrimônio Histórico tombado pelo Governo do Estado do Pará (MUSEU DA UFPA, [?]).

A Biblioteca do Museu coloca à disposição do público coleções de livros, periódicos, partituras, recortes de jornais e outros materiais especiais, como discos, fitas, fotografias, em sua maioria produzidos ou versando sobre a Amazônia (MUSEU DA UFPA, [?]).

A unidade foi criada com objetivo de oferecer suporte técnico às atividades do Museu, assim sendo, reúne uma significativa coleção de artes visuais, além disso, mantém sob custódia o acervo pessoal de Vicente Salles. Em virtude disso, esta unidade de informação é referência em Belém do Pará como fonte de pesquisa sobre folclore, música, cultura Afro-Brasileira, história, teatro e literatura (MUSEU DA UFPA, [?]).

Nesse sentido, o Museu possui acervos de tipologias diversas: de acervo documental e bibliográfico, de artes visuais onde se incluem as artes plásticas em suas diversas manifestações, pintura, desenho, gravura, instalações, objetos, escultura e fotografia.

O acervo documental e bibliográfico foi constituído, até o ano de 2010, basicamente pelo conjunto documental de Vicente Salles, com ênfase para cultura popular, dança, teatro e

presença do negro na Amazônia. Em 2010 foi adquirida pela Universidade a coleção do poeta Max Martins com seus textos e diários ilustrados, além disso, há outras duas coleções no museu específicas das artes visuais, Carmem Sousa e Antar Rohit (MUSEU DA UFPA, [?]).

Na biblioteca do Museu, há, também, uma coleção denominada pelos técnicos como “coleção primária”, esta coleção foi formada por meio de doações de diversas pessoas e compôs o primeiro acervo bibliográfico da biblioteca.

Como foi mencionado pelos técnicos na entrevista, a unidade não segue uma política em nível de instituição para aquisição de acervos pessoais, e a entrada dos acervos de Max Martins e Vicente Salles se deu por conta da falta de espaço físico nas dependências da Biblioteca Central da UFPA para fazer o armazenamento dos conjuntos documentais. Então, por meio da negociação dos dirigentes das unidades (Biblioteca central e Museu), os acervos pessoais acabaram sendo custodiados pelo Museu.

Os maiores desafios em relação ao tratamento, manutenção e acesso do conteúdo desses acervos documentais consistem na limitação de tempo (devido a outras demandas que o Museu possui) e mão de obra (por causa do número reduzido de técnicos). Sendo assim, a unidade prioriza tratamento dos materiais que são livros ou periódicos, pois estes são os itens que os técnicos (bibliotecários) dominam a metodologia a qual será aplicada para realizar sua organização.

Outro desafio consiste na aplicação de técnicas de preservação e conservação, pois a unidade não dispõe de um laboratório especializado para realizar esse serviço, por essa razão se encontra adversidades para restaurar os documentos que apresentam muitos aspectos de degradação. Inclusive, a biblioteca do Museu, por meio de seus técnicos, realiza a digitalização de alguns livros e periódicos com intuito de preservar a integridade dos documentos físicos, oferecendo aos usuários acesso aos materiais digitalizados por meio de um HD da unidade onde ficam armazenados os arquivos. Os usuários dessa unidade, em suma, são pesquisadores da Pós-graduação.

Ademais, há uma listagem, que a unidade utiliza como uma espécie de guia. Esse guia indica a localização das informações. Logo, o usuário tem acesso e pode solicitar o material para consulta. É permitido ao usuário fotografar os documentos.

### **3.3.1 Vicente Salles**

Vicente Salles (1931-2013), paraense, nascido no município de Igarapé-Açu, foi um dos intelectuais mais importantes na Amazônia na segunda metade do século XX, com contribuições intensas por meio de suas pesquisas sobre temáticas relativas à Amazônia, tendo grande destaque o seu trabalho sobre a presença do negro na Amazônia.

As pesquisas de Salles também foram além das questões mencionadas, abrangendo temas diversos como a música erudita e popular, política, humor, teatro, artesanato, entre outros. Desse modo, a própria produção intelectual do Vicente se tornou objeto de pesquisa.

Outro ponto de destaque sobre Salles é que ele foi o pioneiro nas pesquisas sobre a produção da literatura de cordel na Amazônia, tornando-se referência fundamental para as pesquisas que trabalham essa temática.

O acervo pessoal do Vicente Salles foi comprado pela UFPA na década de 1990, . Entre os anos de 1996 e 1997, Salles esteve na direção do Museu da UFPA e, para além de suas atribuições burocráticas desse contexto, o produtor continuou o trabalho de organização de seu acervo pessoal que estava sob custódia da biblioteca do museu.

Enquanto diretor do museu, Vicente Sales iniciou a organização do acervo para garantir o acesso ao público, com o auxílio de uma equipe. A ideia para o acervo era criar departamentos de pesquisa, principalmente, dentro das temáticas que ele pesquisava e desenvolvia – folclore, música, a história do negro na Amazônia – a partir do material acumulado por ele durante a sua trajetória.

**Figura 3** - Acervo Vicente Salles



Fonte: autoria própria, 2022.

**Figura 4** - Acervo Vicente Salles



Fonte: autoria própria, 2022.

O acervo do Vicente Salles contém 139 metros lineares e seu conteúdo abrange assuntos relacionados à: Antropologia, Etnografia, Ciências do folclore, religião, Sociologia, Filosofia. Os conjuntos documentais estão materializados em suportes diversificados, tais como: artesanato de materiais diversos (madeira, metal, plástico, papel), discos de vinil, fitas magnéticas, Cd's, fitas cassetes e cordéis.

O acervo contém partituras manuscritas e editadas; as manuscritas devem ser manuseadas com luvas; as editadas foram publicadas por uma casa editora de música. Além disso, o acervo é composto, também, por livros e periódicos, documentos de arquivos e uma hemeroteca. Diante dessa variedade de gêneros documentais, a maior parte da documentação está registrada em suporte de papel.

As movimentações para o tratamento técnico do conjunto documental ocorreu através de um curso de capacitação de arranjo técnico de documentação, por meio do qual, posteriormente, a equipe e o professor Vicente Sales dialogaram sobre a melhor forma de organização do acervo, e desse modo foram constituídas as diretrizes para a organização.

Em relação aos livros e periódicos, Salles já havia realizado o trabalho de organização ainda quando o acervo estava sob sua custódia, utilizando o Sistema de Classificação decimal Universal (CDU), portanto a catalogação e organização desses materiais foram mantidas.

No que tange à hemeroteca, para o tratamento dos recortes de jornais, utiliza-se uma folha de papel ofício 2, na qual tem-se a referência do jornal com a paginação, caderno e outras informações referenciais escritas à lápis, para contextualizar os recortes de jornais selecionados pelo produtor. Há um arranjo técnico da hemeroteca que ordena os documentos por data ou por critérios geográficos. A inserção é feita de acordo com o teor do assunto dos recortes de jornais.

Sobre os documentos de arquivo, a organização dos documentos ocorre por meio de um arranjo técnico estruturado de forma temática na Seção “Sociocultural” do acervo, e ordenado de maneira alfabética: teatro, turismo, entre outros. O próprio Vicente trabalhou na organização dos documentos. Sendo assim, independente da tipologia documental, os documentos foram inseridos nas categorias que foram determinadas.

De acordo o exposto no item 2.4 da pesquisa, no contexto da organização dos acervos pessoais, a classificação dos documentos por assunto/temática parece ser a alternativa mais adequada para alcançar as nuances da vida do produtor dos documentos, desse modo, é possível inserir qualquer documento nas categorias estabelecidas, independente da tipologia, que faça referência àquela temática específica ou a determinada ação, mantendo o princípio da ordem original, considerando a relação existente entre a documentação.

A organização dos documentos ainda não foi finalizada, há muitos documentos guardados em envelopes para fazer catalogação. A organização do acervo do Vicente Sales está avançada, em relação ao acervo do Max Martins. Mesmo assim, os documentos que receberam tratamento já estão disponíveis para os usuários.

### **3.3.2 Max Martins**

Max Martins (1926-2009) foi um poeta paraense que, após mais de 50 anos de atividade intelectual, deixou um legado de dez (10) livros de poesia escritos. O acervo foi recolhido pelo Museu em novembro de 2010, por meio de compra negociada com os herdeiros de Max Martins. Além disso, o acervo é composto por aproximadamente 2400 títulos e, também, de diários (misto de anotações literárias, poemas em esboço e finalizados, colagens, desenhos, pinturas, recortes de jornais, correspondências com poetas, escritores e objetos pessoais ligados a sua atividade literária.

Parte deste acervo recebeu tratamento técnico e pode ser consultada pelos usuários, porém, há restrições de acesso aos diários de Max Martins, assim como nas correspondências dele com outros indivíduos. O pedido de restrição foi realizado pela própria família, embora isso não conste no contrato de compra e venda, elaborado para firmar a ação de venda da família e a compra e custódia do Museu sobre o acervo. Cabe ressaltar que a compra foi feita por intermédio da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A FADESP é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento científico, social e tecnológico da Amazônia. Criada em 1977 para dar suporte às atividades da Universidade Federal do Pará (UFPA), atualmente, é um dos grandes agentes estratégicos da região Norte. Mais informações em: [Quem Somos – FADESP \(portalfadensp.org.br\)](http://portalfadensp.org.br). Acesso em: 14 out. 2022.

Os técnicos demonstram cautela no tratamento dessas informações sensíveis, tanto do titular do acervo como de terceiros, e, embora não haja diretrizes institucionais para o tratamento desse tipo de informações contidas nos acervos pessoais, a unidade busca observar o que dispõe a legislação vigente acerca das informações sensíveis.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, os acervos pessoais têm ganhado notoriedade pela sua capacidade de apresentar informações sobre a vida e obra de seus produtores e, também, por possibilitarem a compreensão do contexto em que foram produzidos. A valorização e proteção desses acervos é fundamental à preservação do patrimônio documental de uma sociedade. Há um extenso referencial bibliográfico desenvolvido pelos estudos arquivísticos que identificam peculiaridades e abordagens específicas aos acervos pessoais e que embasaram o corpo teórico desse trabalho.

O objetivo dessa pesquisa foi compreender os aspectos referentes à aquisição, tratamento e acesso dos acervos pessoais custodiados pela UFPA, mais especificamente, pelo Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu, reconhecendo a sua importância para o contexto da Universidade, do Pará e às temáticas que esses acervos alcançam a nível nacional.

No decorrer da pesquisa, foi possível constatar a ausência de políticas institucionais para aquisição, tratamento e acesso de acervos pessoais na UFPA, as quais deveriam regulamentar o processo de entrada desses conjuntos documentais nas unidades de informação, considerando os aspectos jurídicos da transação, bem como diretrizes para os procedimentos sobre a organização, preservação e acesso dos acervos pessoais.

Além disso, o critério de aquisição dos acervos apresentados na pesquisa consiste na expressividade dos produtores no cenário paraense e na Amazônia, sendo possível a sua entrada na instituição por meio de compra ou doação.

A falta de políticas institucionais implica em articulação isolada de estratégias pelas unidades para a organização dos conjuntos documentais, de modo que as metodologias adotadas pelos órgãos apresentam divergências entre si.

Apesar disso, notou-se que são elaborados instrumentos os quais, em um primeiro momento, possuem finalidade de possibilitar a organização dos acervos e, posteriormente, serem disponibilizados aos usuários para pesquisa e recuperação das informações, sendo denominados de “arranjo técnico” pelos técnicos do Museu e inventário pelos técnicos do Arquivo Central. O acervo bibliográfico presente na Biblioteca Central, em sua maioria, está catalogado e pode ser verificado pelo *pergamum* para solicitar pesquisa nos materiais.

Em todas as entrevistas realizadas nas unidades, foi mencionada a dificuldade imposta pela falta de um laboratório especializado para a preservação e conservação dos acervos pessoais. Logo, aqueles documentos que chegam às unidades em estado avançado de

degradação são difíceis de restaurar ou recuperar. No entanto, com os recursos disponíveis nas unidades, é possível fazer a higienização e pequenos reparos nos documentos.

Os acervos bibliográficos são os mais recorrentes na perspectiva dos acervos pessoais das unidades analisadas nesta pesquisa, estando presentes em todos os conjuntos documentais aprofundados no trabalho. Os documentos arquivísticos, no escopo de acervos pessoais do Arquivo Central, Biblioteca Central e Museu da UFPA, são encontrados nos acervos do Jean Hébette (Arquivo Central), Benedito Nunes (Biblioteca Central) e Vicente Salles (Museu).

Devido à variedade de gêneros documentais compreendidos nos arquivos pessoais das unidades, aponta-se a necessidade de um trabalho interdisciplinar para a organização dos acervos, com a mão de obra especializada para tratar os documentos de acordo com suas particularidades. Desse modo, seriam evitadas as estagnações no desenvolvimento das atividades de organização e o acesso à documentação seria proporcionado com mais agilidade.

Considerando a expressividade dos acervos pessoais custodiados pelas unidades da UFPA, compondo o seu patrimônio documental, e a importância desses como fonte de pesquisa, compreendemos a premência da criação de políticas pela UFPA, que disponham sobre a aquisição de acervos pessoais, de modo a ampliar o seu patrimônio documental e preservar a memória de personalidades importantes na cena paraense e na Amazônia.

Além disso, também, verificou-se que se faz necessário a elaboração de políticas institucionais que estabeleçam diretrizes para a organização e métodos de preservação dos acervos pessoais custodiados pelas unidades da UFPA, visando à determinação de protocolos, sistematização dos processos e a padronização dos procedimentos, de maneira a tornar possível o acesso dos usuários a esses conjuntos documentais com mais agilidade e eficiência.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO CENTRAL. *In*: Portal da UFPA. 2022. Disponível em: <<https://arquivocentral.ufpa.br/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivo. Resolução Nº 47, 26 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-47-de-26-de-abril-de-2021>> Acesso em: 07 nov. 2022.

BIBLIOTECA CENTRAL. *In*: Portal da UFPA. [?] . Disponível em: <<http://bc.ufpa.br/>>. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 8.159, 08 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm). Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BELLOTTO. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012 (Capítulo 16 - Arquivos pessoais como fonte de pesquisa).

CAMARGO, Ana Maria. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009.

CAMARGO, Ana Maria; BELLOTTO, Heloísa. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. 2005.

CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas. *In*: I ENCONTRO “ARQUIVOS PESSOAIS: EXPERIÊNCIAS, REFLEXÕES, PERSPECTIVAS”, 1, 2015, São Paulo. **Anais de Evento**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ/SP, v. 4, série Eventus, 2017, 134 p.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Stab. Arti grafiche Lazzeri, 1928.

CASSARES, Norma. Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. **Estudos**



MUSEU DA UFPA. In: Portal da UFPA. [?] . Disponível em: <<https://www.museu.ufpa.br/index.php/historico.html>>. Acesso em: 07 out. 2022.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; MACÊDO, Larissa; SOBRAL, Camilla Campoi de. Arquivos Pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 4, 2017.

PAES, Marilena. Arquivo: Teoria e Prática. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200 – 212, 1992.

PROPESP. In: Portal da UFPA. Disponível em: <[Edital 19/2022 – Prêmio Professor Benedito Nunes \(ufpa.br\)](#)>. Acesso em: 14 out. 2022.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Maria Luisa; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481/3721>>. Acesso em: 23 set. 2022.

TANNO, Janete. Os acervos pessoais: memória e identidade na produção dos registros de si. **Patrimônio e Memória**, v. 3, n. 1, p. 101-111, 2007. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/46>, Acesso em: 25 set. 2022.

TOGNOLI, Natália; BARROS, Thiago. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114762>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

TROITIÑO, Sonia. De interesse público: política de aquisição de acervos como instrumento de preservação de documentos. **Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 4, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Regimento Geral**. Belém, 2006.

VAM DE BERG, Thayane. Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas. In: II ENCONTRO “ARQUIVOS PESSOAIS: EXPERIÊNCIAS, REFLEXÕES, PERSPECTIVAS”, 2, 2017, São Paulo. **Anais de Evento**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ/SP, v. 5, série Eventus, 2019, 247 p.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS TÉCNICOS DAS  
UNIDADES DE INFORMAÇÃO DA UFPA (ARQUIVO CENTRAL, BIBLIOTECA  
CENTRAL E MUSEU)**

**PRIMEIRO MOMENTO DA ENTREVISTA**

- 1) Quais são os acervos pessoais custodiados pela unidade?
- 2) Quais são os critérios utilizados pela unidade para aquisição desses acervos?
- 3) Existe alguma política institucional para aquisição de acervos pessoais?
- 4) Existe algum documento padrão, como um termo de compra ou aquisição de acervos?
- 5) Quais os maiores desafios no que diz respeito ao tratamento, manutenção e disponibilização desses acervos?

**SEGUNDO MOMENTO DA ENTREVISTA**

- 6) De que forma se deu essa aquisição? Compra ou doação é possível acessar o documento firmado entre o doador e a instituição? Se não, quais os principais elementos que compõem o documento?
- 7) Qual a história administrativa e de custódia do acervo?
- 8) Qual foi o tratamento técnico aplicado? De que maneira ocorreu a organização dos documentos?
- 9) Foi elaborado algum instrumento de pesquisa para auxiliar na organização desses documentos? Quais?
- 10) Quais medidas foram tomadas para garantir a preservação dos documentos?
- 11) O acervo está disponível aos usuários? Quem são esses usuários?
- 12) A unidade contém repositório digital para disponibilizá-los via *WEB*?